

COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA
Ata da 14ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição

Data: 05 de Setembro de 2018	Local: Brasília/MMA
Horário: 10:00 até 16:00 hás	
Número total de participantes: Número De Membros Institucionais: 4 Número De Membros Corporativos: 1 Número De Membros Individuais: 0 Membros Do Governo: 1 Número de outros participantes 1) Consultor intrínseco – ICMBio: 1 2) Secretaria e outros observadores: 13 Listagem completa de participantes: 20 Presidente da reunião: Luis de Souza	

Agenda do dia:

1. **BOAS VINDAS E DELIBERAÇÕES DA ÚLTIMA REUNIÃO, AGENDA DO DIA.**
2. **VISITAS TÉCNICAS AOS OGS ESTADUAIS: MATO GROSSO E AMAPÁ.**
 - Objetivos e resultados.
3. **ATUALIZAÇÃO DO PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE UCS.**
4. **DELIBERAÇÃO ALTERAÇÕES MOP:**
 - Formalização da proposta encaminhada por e-mail pela secretaria do CFT, referente a:
 - Adesão de novas UCs
 - Condição de Desembolso Nº 09
 - Revisão do módulo II do MOP.
5. **GOVERNANÇA - SUBCOMITÊ DE FINANÇAS:**
 - Revisar a composição de representantes de doadores junto à Pragma.
6. **GOVERNANÇA - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DO CFT NO COMITÊ DO PROGRAMA.**
7. **ATUALIZAÇÃO: INCIDENTE COM O MINERODUTO MINAS-RIO (SUGESTÃO DE PAUTA REALIZADA PELO DOADOR).**
8. **ALMOÇO NO LOCAL**
9. **ATUALIZAÇÃO SOBRE EXECUÇÃO E INOVAÇÕES:**
 - Execução do Programa;
 - Cronograma de desembolsos do FT 2018/19;
 - Contratação de pessoal física;
 - Cartão Combustível;
 - Plataforma de Compras;
 - Passagens aéreas;
 - Newsletter do Programa Arpa;
 - Escritório Brasília;
 - Aporte de pessoal na equipe de compras;
 - Contratação de funcionários para o escritório de Brasília (Apoio ao MMA).
10. **ATUALIZAÇÃO SOBRE A CONTRATAÇÃO DO GESTOR DE ATIVOS INTERNACIONAIS**
11. **ATUALIZAÇÃO SOBRE CRIAÇÃO DO PO DO ICMBIO SEDE (APOIO A CONSOLIDAÇÃO DE UCS).**
12. **PROPOSTAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O FT:**
 - Proposta BNDES.
 - Disponibilização de pelo menos uma compensação federal para UCs do ARPA. (Condição de desembolso de US\$10 mi do GEF/Paisagens – BIRD)
13. **DISCUSSÃO SOBRE NOVA RODADA DE CAPTAÇÕES PRIVADAS:**
 - Apresentação de proposta de plano de ação para captação de recursos privados.
14. **ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA ARPA:**
 - 1ª Reunião do GT realizada em 29/08/2018.
15. **ENCERRAMENTO.**

1. BOAS VINDAS E DELIBERAÇÕES DA ÚLTIMA REUNIÃO, AGENDA DO DIA.

Luis de Souza inicia a fala resgatando deliberações e encaminhamento da última reunião ocorrida em junho de 2018:

- A área de UCs que receberam apoio indireto do Arpa será contabilizada para a meta de criação.
- Para UCs que entraram no arpa a partir de 2018 haverá um grau adaptado para consolidação, sem rebaixamento do grau 1.

- Foi aceita a proposta de contabilização como contrapartida, de recursos provindos de outras fontes de receitas governamentais, desde que não provenientes do FT. Nova redação da condição de desembolso nº 9 deveria ser deliberada pelos membros do CFT por e-mail.
- Aprovada alteração no anexo 3.2 do MOP: condições de desembolso.
- Deliberação sobre a condição de desembolso nº 8 será realizada em 2019, antes da aprovação de desembolso para o próximo planejamento bianual.
- Foi formalizada a comissão para análise do modelo de custo: Renata Gatti (MMA), Manoel Serrão e Leonardo Geluda (Funbio).

2. VISITAS TÉCNICAS AOS OGS ESTADUAIS: MATO GROSSO E AMAPÁ.

Objetivos e resultados.

João Paulo Sotero (MMA) fala sobre o contato realizado com representantes dos governos estaduais durante o CBUC, a fim de ampliar a relação entre essas instâncias. Resgata a importância desses laços, pois muitas UCs do Programa estão sob jurisdição dos Estados.

Informa que na segunda quinzena de setembro será realizada uma reunião em Brasília, cuja intenção será criar um fórum com representantes do Governo Federal e Estados para manutenção de um canal de diálogo e troca visando o avanço do Programa.

Mariana Pereira (MMA) informa que a UCP resgatou a comunicação com os estados através do envio de ofícios destacando os compromissos assumidos com o ARPA. No último Fórum Técnico foi identificada a necessidade realização de visitas estratégicas para reforçar os acordos. O primeiro estado a ser visitado foi Mato Grosso, onde se realizou uma visita bastante produtiva, com a presença da UCP e Funbio.

Os principais pontos tratados na visita foram os processos de criação, metas para consolidação, contrapartida estadual e equipe técnica. Foram reforçados com o Estado do Mato Grosso principalmente os pontos de aporte de pessoal e contrapartida.

Mariana Pereira informou que o Mato Grosso tem potencial para implementação de recursos de compensação ambiental, porém há uma dificuldade de execução e a questão fundiária é uma agenda muito delicada pois há dificuldade de implementação no Estado, sendo este um dos motivos para baixa execução. Uma das propostas de criação estava suspensa e discutiu-se se será mantida essa suspensão (Manissau).

Todas as UCs do estado tiveram seu planejamento revisado com base nos resultados reportados na FAUC. A discussão concentrou-se em aspectos técnicos visando estratégias de atendimento às metas de consolidação no Programa, pendências de contratação para alcance dos objetivos também foram analisadas e apoiadas pelo Funbio.

Mariana Pereira ressaltou que a aproximação da UCP com os técnicos mostrou-se muito proveitosa. Além disso, Mariana Pereira coloca que o contato técnico foi importante, mas é importante que a aproximação política seja estabelecida para atender as demandas de input de contrapartida e equipe. O estado está também sobre auditoria de implementação dos recursos de compensação ambiental, fator que retarda o uso deste tipo de recurso.

Mariana Pereira informa que o próximo estado a ser visitado é o AP. A previsão é out/2018, mas aguarda retorno do estado quanto a comunicações já enviadas pelo MMA.

Marina Campos (Fundação Moore) pergunta sobre os detalhes da compensação ambiental e quais os desafios.

Mariana Pereira explica que há uma dúvida sobre como operacionalizar, equipe técnica reduzida, mas ressalta que essa agenda será tratada de forma mais direta no fórum de debate estadual criado no CBUC.

Marina Campos menciona que a Moore tem interesse em colaborar com o debate de enriquecimento do conhecimento sobre a viabilização de recursos de compensação.

Aldo Souza relembra que de acordo com o modelo havia uma preocupação com relação ao aumento de contrapartida ao longo dos anos, considerando o desenho do ARPA.

Mariana Pereira detalha que o Mato Grosso apresentou uma carência de equipe técnica para atuação e que este é um ponto a ser monitorado, considerando que uma das contrapartidas para UCs de grau II é a necessidade mínima de 5 servidores ativos

3. ATUALIZAÇÃO DO PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE UCs.

Mariana Pereira relembra que em junho de 2018 a boa notícia para o CFT foi a criação da RESEX do Rio Branco-Jauaperi, mas que no intervalo entre a reunião de junho e setembro não houve criação de novas UCs, no entanto há grande expectativa para criação da RESEX do Lago Cuniã. Outra boa notícia seria a de que o processo de revogação das criações de UCs em RO não seguiu adiante e, no momento, os decretos de criação continuam válidos. Mas o processo ainda está em andamento e é frágil, portanto, o MMA seguirá acompanhando.

Mariana Pereira detalha que existem processos federais em andamento que espera-se que sejam concluídos ainda em 2018 e que no Fórum Técnico serão reportadas novidades sobre os processos de criação estaduais.

João Paulo Sotero, detalha que os processos federais são prioridade do Ministro do Meio Ambiente e que foi concluído o estudo de atualização do Mapa de Áreas Prioritárias da Amazônia. O mapa também está sendo concluído para os demais biomas (Pampa, mata Atlântica e Áreas costeiras/marinhas) e está previsto para até o final do ano o lançamento das novas áreas.

Sotero ressalta também que o MMA tem dialogado com o IPAM, por conta de um financiamento da Fundação Moore para levantamento de áreas de florestas públicas não destinadas na Amazônia. Esta é uma temática muito importante para o ARPA. Segundo Sotero, a análise que tem sido realizada pelo IPAM, juntamente com a atualização do mapa de áreas prioritárias, corrobora para a identificação do perfil de uso sustentável como sendo mais adequado, considerando os recursos naturais dessas áreas. Esse debate é interessante para o novo ciclo de planejamento onde será possível fornecer mais informações para os estados sobre áreas em potencial para criação de UCs.

Marina Campos complementa que a parceria conta também com apoio do Imazon e ISA, cujos bancos de dados são consultados. Há intenção de realizar um workshop para finalizar esse estudo e identificar direcionamentos para essas áreas. A ideia é que seja realizado na mesma época da próxima reunião do CFT.

4. DELIBERAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO MOP:

- NA PÁGINA 22, MÓDULO 1, ITEM 6.2 – CONSOLIDAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2º PARÁGRAFO. ITEM 6.2.1: ATIVIDADES DE CONSOLIDAÇÃO GRAU 1. PROPOSTA DE INSERÇÃO

A lista indicativa de possibilidades de insumos a serem praticados pelas atividades de consolidação e manutenção das UC encontram-se no Anexo 1.4.

“Para as UCs que vierem a ser apoiadas pelo Programa a partir de 2018, conforme análise caso-a-caso, e desde que haja disponibilidade financeira no Fundo de Transição para tal apoio, o prazo de consolidação será de 10 anos, sendo a aferição da consolidação das mesmas realizada tanto pela FAUC como pelo SAMGe. Os marcos referenciais de consolidação para essas UCs serão, no mínimo:

- **Plano de Manejo**
- **Formação e Funcionamento de Conselho**
- **Proteção**
- **Aquisição e Manutenção de Equipamentos** (somente para marcos apoiados)
- **Equipe técnica**, formada por 2 pessoas (A equipe gestora conta com 2 ou mais funcionários, mas nenhum reside em municípios das sedes administrativas da unidade¹) inseridas ou não em Agrupamentos Gerenciais (NGI, UNA etc.)

O desempenho de consolidação das UCs apoiadas a partir de 2018 não será considerado para o cálculo do desembolso das demais UC que aderiram ao Programa ARPA até 2017 e deverão consolidar-se até 2019.”

APROVADA.

- NA PÁGINA 103, MÓDULO 2, ANEXO 2.3 – A. CONDIÇÕES DE DESEMBOLSO.

Onde se lê:

(...)

Nº	CD	Nível	Descrição
10	Desempenho de consolidação	Órgão Gestor	% do total agregado da meta de consolidação alcançada pelas UCs (excluindo o nível de pessoal), conforme especificado no plano de consolidação por OG.

Propõem-se adicionar (em vermelho):

Nº	CD	Nível	Descrição
10	Desempenho de consolidação	Órgão Gestor	% do total agregado da meta de consolidação alcançada pelas UCs (excluindo o nível de pessoal), conforme especificado no plano de

¹ Cenário correspondente a meta para Grau I da FAUC.

			consolidação por OG. Essa CD não se aplica a UCs que aderiram ao Programa a partir de 2018.
--	--	--	---

APROVADA.

- MÓDULO 2 ITEM 2.6 - UCS ELEGÍVEIS PARA APOIO DO FT

A nova proposta de redação considera a disponibilidade financeira dentro do FT e avaliação dessa oportunidade de apoio, feita pelo Comitê do Programa:

“Poderão receber recursos do FT as UCs criadas com apoio do ARPA ou que contabilizem para sua meta de criação, a partir do limite de 60 milhões de hectares, desde que haja disponibilidade financeira no Fundo de Transição para tal apoio. Identificada a disponibilidade de recursos pelo CFT, o CP deverá avaliar quanto a oportunidade de adesão destas UCs ao Programa.”

SUGESTÃO DE INSERÇÃO DA PALAVRA “SOMENTE” NO INÍCIO DO TEXTO: “PODERÃO RECEBER RECURSOS...”. A REDAÇÃO PASSA A SER: “SOMENTE PODERÃO RECEBER RECURSOS DO FT...”.

APROVADA.

- MÓDULO 2, ANEXO 2.3, Condição de desembolso nº 09

Cada OG deverá reportar o montante de recursos financeiros não-salariais aportados nas UCs apoiadas, para financiamento de ações relacionadas aos objetivos de conservação e proteção da UC, os quais sejam complementares às doações do ARPA, ou seja, não ligados aos recursos provenientes do Fundo de Transição ou de outras doações dos doadores do FT. Ou seja, podem ser contabilizados recursos **orçamento, a compensação ambiental, as receitas próprias, o pagamento por serviços ambientais, a conversão de multas, o ICMS-Ecológico, o mecanismo REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) e similares, entre outras fontes. O valor médio do período de análise que deverá ser aportado anualmente** por cada OG deverá ser condizente com a trajetória de crescimento percentual constante de contrapartida que chega a 100% dos custos em 2039, e será estabelecido pela modelagem financeira mais atual e **sendo constantemente atualizado no site do Programa ARPA** e publicado no momento de solicitação dos relatórios de contrapartida, via e-mail.

APROVADA.

5. GOVERNANÇA - SUBCOMITÊ DE FINANÇAS:

Revisar a composição de representantes de doadores junto à Pragma.

Manoel Serrão relembra que as reuniões mensais foram criadas num momento de muita volatilidade no mercado externo e que atualmente o cenário é mais estável. Devido a isso, a frequência de reuniões com o gestor de ativos será reduzida para uma frequência trimestral. As *One Page* continuarão sendo encaminhadas e, se houver algum questionamento o gestor de ativos pode ser acionado para fornecer os esclarecimentos necessários.

Além disso, haveria também um certo desconforto quanto a colocar numa mesma reunião dois gestores de ativos— Pragma (nacional) e Julius Baer (internacional) – para tratativas sobre os detalhes das análises de investimentos de cada uma das empresas.

Manoel Serrão coloca que atualmente a Moore Foundation e KfW tem sido os parceiros mais frequentes nas reuniões, mas o Funbio está sempre disponível para esclarecimento de possíveis dúvidas.

Luis de Souza questiona se com o relatório em mãos é possível, para o Funbio, julgar o desempenho do gestor. Manoel Serrão detalha que parte da estratégia é definida em contrato e é conservadora. É importante conhecer o cenário num horizonte de médio prazo, mas os recursos atualmente estão definidos numa distribuição 70/30 - Exterior/Brasil – com uma tendência para 60/40, e no Brasil ainda existe uma subconta onde se encontram os recursos de forma mais líquida, operacional.

Adriana acrescenta a informação de que já foi liberado o primeiro desembolso do Projeto GEF Paisagens (US\$ 10 mi) e espera-se que o próximo desembolso seja liberado ainda este ano (mais US\$ 10 mi), de um total de US\$ 30 mi dentro do Paisagens para o ARPA.

6. GOVERNANÇA - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DO CFT NO COMITÊ DO PROGRAMA (CP).

Funbio contextualiza e apresenta a necessidade de realização de rodízio na representação dos doadores no CP. São três os representantes e atualmente a representação vem sendo realizada por Moore Foundation, WWF e Anglo American. Para o ano de 2019 poderia ser realizado o rodízio entre doadores caso haja interesse por parte destes.

Marina Campos sugere que seja realizada uma reunião entre doadores para deliberação e indicação de novos representantes. Christian Lauerhass concorda mas sugere que haja uma manifestação de interesse em permanecer.

Anglo American e Moore Foundation manifestaram interesse em manutenção da representação. A Moore informa que, como ocupa a representação desde o início do CP, deixaria a oportunidade aberta para permuta. Christian Lauerhass tem interesse que o KfW faça parte.

Maurício Voivodic fala pelo WWF também apresentou interesse na manutenção da representação no CP.

Encaminhamento: Será realizada uma reunião entre os doadores, para decisão sobre novas representações dentro do CP.

7. ATUALIZAÇÃO: INCIDENTE COM O MINERODUTO MINAS-RIO (SUGESTÃO DE PAUTA REALIZADA PELO DOADOR).

Aldo de Souza contextualiza que quanto ao tema informações já foram repassadas ao CFT e que atualizações estão sendo realizadas com regularidade nos canais de comunicação da Anglo American. Caso algum dos membros do CFT tiver interesse em obter mais informações pode solicitar a Anglo e em momento mais conclusivo das atividades de remediação dos impactos a Anglo pode trazer nova apresentação para o CFT.

A Anglo trouxe para a reunião uma apresentação sobre os títulos minerários da companhia na Amazônia. Além disso, informou que a Anglo estaria em vias de emitir uma carta aberta aos membros do CFT, para registro dos esclarecimentos sobre o assunto.

Na apresentação Aldo de Souza detalhou as diferenças entre o direito minerário sobre determinada área e a sua exploração de fato, os passos envolvidos em cada um dos estágios para a indústria da mineração, informações sobre legislação e licenciamento ambiental associado.

Aldo de Souza afirma que, no momento, não há interesse em explorar nenhuma das áreas em direito da Anglo e que caso estas áreas passem a ser de interesse para a companhia, isso será trazido para o conhecimento do CFT.

Adriana relembra que existem as UCs de uso sustentável em que é permitida a mineração e que isso realmente acontece. Aldo de Souza não nega o impacto da mineração mas deixa claro que,

na sua opinião, o grande prejuízo é o garimpo, cujos impactos e postura com o meio ambiente diferem da mineração legalizada. Adriana fala que a Amazônia peruana é bastante atacada pela mineração ilegal. Aproveita para trazer um tema onde acredita ser necessário o debate: alteração climática e seus impactos na Amazônia. Pois os estudos atuais convergem para um aumento da incidência de incêndios na Amazônia e, no ARPA, não há preparo para este cenário. Maurício Voivodic resgata sobre uma matéria recente do Estadão, que apresentava a Amazônia como foco importante para ampliação da atuação da Anglo American e início de nova fase de desenvolvimento.

Luis de Souza ressalta que o posicionamento da empresa é muito importante para trazer segurança a ao CFT. Questiona sobre as áreas atualmente com alvará, se existem outras mais, qual a tendência de exploração da Anglo e se existe um foco de exploração na Amazônia.

Aldo de Souza detalha que não existe um departamento dentro da Anglo focado na exploração da Amazônia. O que existe é o foco em áreas próximas de ativos que já são operantes. Ele expõe que nos últimos 10 anos houve um crescimento da exploração na região do limite entre Pará e Mato Grosso. Há uma tendência de aumento do interesse nessa região, mas não pode afirmar no momento que é uma "hot area". Porém, considerando o histórico de pesquisas, sim, há uma tendência de aumento de potencial, devido à quantidade de minérios identificados nessas áreas. Marco Bueno pergunta quais as diferenças entre as áreas ambientais que permite expansão da exploração e se documentos como o mapa de áreas prioritárias é utilizado para esse estudo da expansão. Aldo de Souza detalha que um grupo de apoiadores auxilia nessa expansão e são feitas orientações onde e como podem ser feitas as expansões.

Marina Campos questiona sobre as áreas de proteção integral e áreas indígenas, e gostaria de saber se a Anglo possui alguma associação no lobby de exploração dessas áreas.

Aldo de Souza deixa claro que em áreas de proteção integral não seria possível essa exploração e não há interesse também, mas em áreas indígenas ele entende que não há atualmente no Brasil uma regulamentação definida e que este tema deveria ser mais discutido no quesito de exploração minerária.

Thiago Barros destaca que, em meio às áreas apresentadas pela Anglo, o PE do Cristalino está destacado em vermelho e rodeado de polígonos de área de interesse da Anglo (projeção da Anglo) e reitera a importância de se comprometer com os compromissos firmados no termo de representação no CFT, além de solicitar que essa causa seja levantada internamente na empresa, uma vez que isso venha a ser considerado como área potencial para exploração.

Thiago detalha que, sobre mineração em terras indígenas, está previsto na constituição, nos artigos 231 e 176, além de estar em desenvolvimento projeto de lei para regulamentação de mineração em terras indígenas, junto a Casa Civil, Funai, MMA e demais órgãos competentes.

Manoel Serrão e Maurício Voivodic ressaltam a importância de um canal de comunicação transparente com as instâncias privadas e públicas para que seja deixado bem claro as perspectivas do setor privado dentro do sistema do meio ambiente.

Aldo de Souza relembra o fórum onde foi debatido sobre a extinção da RENCA (Reserva Nacional do Cobre e Associados), no qual a Anglo se posicionou mostrando os potenciais problemas a serem enfrentados.

Luis de Souza sugere o encerramento do debate no CFT, considerando as apresentações feitas e os compromissos firmados pelo doador privado dentro do ARPA.

Encaminhamento: Anglo vai encaminhar carta aberta aos membros do CFT como forma de esclarecimento formal sobre intenções da companhia quanto a exploração mineral na Amazônia.

8. ATUALIZAÇÃO SOBRE EXECUÇÃO E INOVAÇÕES:

- Execução do Programa;
- Cronograma de desembolsos do FT 2018/19;
- Contratação de pessoal física;

- Cartão Combustível;
- Plataforma de Compras;
- Passagens aéreas;
- Newsletter do Programa Arpa;
- Escritório Brasília;
- Aporte de pessoal na equipe de compras;
- Contratação de funcionários para o escritório de Brasília (Apoio ao MMA).

O Funbio apresentou dados de execução e detalhou os avanços de implementação que visam a melhora contínua da execução dos recursos na busca de acelerar o alcance das metas.

Manoel Serrão detalha também o impacto das solicitações em massa dos finais de POA que impactam diretamente no prazo de entrega das compras e contratações.

Foram mapeados os protocolos e foi apresentado um plano para execução das solicitações de bens acumuladas.

Adriana acrescenta a importância dos avanços da execução, mas destaca que ainda mais importante é que isso seja relacionado com os indicadores do Programa. Esse seria o grande objetivo da execução.

Fabio apresenta um projeto protótipo da plataforma BI. Thiago ressalta a importância dessa ferramenta para alinhar com as metas do Programa. O MMA já tem essa ferramenta: sre.mma.gov.br

Adriana detalha que a preocupação dela é, por exemplo, com o desmatamento dentro de UC. Pois o ARPA é considerado como exemplo em muitos países, como Angola, Moçambique, Botsuana, Tanzânia, África do Sul, e muito tem se falado do modelo do ARPA, sobre os enormes números de execução, mas temos que garantir com isso o alcance das metas pré-definidas.

Manoel Serrão ressalta que o histórico de dados de execução e efetividades da gestão já existe, estudos como o RAPPAM, Britaldo Soares sobre estoque de carbono, FAUC entre outros. O que falta realmente é a integração de todos eles numa única plataforma.

Ricardo Brochado (DIMAN) acrescenta também ao debate a importância do SAMGe como ferramenta de avaliação de gestão e efetividade, que olha para os territórios protegidos com foco no alcance dos objetivos de sua existência e proteção.

O Manoel Serrão completa a fala sobre o SAMGe enfatizando que ela permite que a ótica do gestor seja considerada para melhor aproveitamento dos recursos nos objetivos de proteção dos territórios.

Marina Campos fala do SOMUC – ferramenta que agrega informações sobre mudanças climáticas e que pode ver os desafios enfrentados por cada UC. Marina Campos acrescenta que o importante é a integração dessas ferramentas e visualização sistêmica para basear tomadas de decisões mais em escala macro.

Mariana Pereira detalha que o SAMGe já tem sido utilizado para planejamento e gestão de outros projetos apoiados pelo MMA, como o GEF Terrestre.

Por fim, Aldo de Souza enfatiza a importância do aprimoramento das ferramentas de comunicação entre Funbio e gestores, sobre os status de execução do Programa, não somente no nível específico de contratação, mas também no nível mais generalista de alcance de metas, de modo a evitarem possíveis ruídos e conflitos entre as instâncias.

9. ATUALIZAÇÃO SOBRE A CONTRATAÇÃO DO GESTOR DE ATIVOS INTERNACIONAIS

Manoel Serrão inicia a fala apresentando o cronograma fechado com a Julius Baer acordado na última reunião. De modo geral, os dois grandes marcos desse cronograma é assinatura e transferências de ativos, ambos no final de outubro. Meg Symington pergunta se houve discussão sobre a possibilidade de alteração num quadro de mudança de política. Manoel Serrão detalha que se houver alguma alteração na política, isso deve acontecer até outubro/2018, mas

não é essa a tendência que se apresenta. Talvez haja alguma alteração no mandato e isso poderia refletir no perfil de investimento, mas isso só mais para frente. No entanto, Christian Lauerhass e Manoel Serrão não acreditam que haverá grandes mudanças nesse sentido. Mas caso haja, a comunicação com a Julius Baer é frequente e isso é algo passivo de discussão.

10. ATUALIZAÇÃO SOBRE CRIAÇÃO DO PO DO ICMBIO SEDE (APOIO A CONSOLIDAÇÃO DE UCS).

Fábio Ribeiro inicia a fala sobre a proposta de planejamento do ICMBio para apoio à consolidação das UCS federais, por meio do contingenciamento de recursos dos POs de UCS Federais.

Mariana Pereira detalha que algumas ações para alcance dos Marcos Referenciais das UCS dependem de processos atrelados às coordenações do ICMBio, por isso a importância dessa estratégia.

Julia Zapata diz que a estratégia é atuar de forma preventiva à garantia de alcance dos marcos referenciais.

Manoel Serrão ressalta que essa estratégia de atuação não está descrita no MOP ou demais manuais e que não se trata de recursos adicionais, por conta disso deve existir um cuidado para que não haja uma execução aumentada do recurso previsto e que seja efetivamente um benefício às UCS que tiveram recursos contingenciados.

Mariana Pereira detalha que essa é uma demanda especial desse órgão gestor devido à dimensão do ICMBio, com 72 UCS sendo apoiadas. Fora o ICMBio, apenas o AM se aproxima em números de UCS sendo geridas, mas até o momento não houve manifestação de interesse por parte da SEMA e, por isso, houve essa oficialização por parte do MMA (UCP).

Aldo de Souza ressalta que o importante é que se garanta o impacto nas várias UCS e que não seja um custo a mais, até porque já existe um custo associada à gestão do Funbio.

Deliberação: Aprovada a estratégia para alcance das metas de consolidação por meio dos POs do ICMBio Sede.

11. PROPOSTAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O FT: Proposta BNDES.

Manoel Serrão detalha que o primeiro desembolso de U\$ 10 mi do GEF Paisagens já foi liberado. O segundo desembolso de U\$ 10 mi está condicionado à assinatura de pelo menos um acordo de compensação ambiental beneficiando o ARPA. A condição para o terceiro desembolso é a aprovação da proposta de captação de recursos do BNDES.

Manoel Serrão informa que o BNDES eliminou a etapa de enquadramento de suas análises e, como não existe mais, é possível que haja adiantamento do desembolso para o GEF Paisagens. O BNDES informou que o componente 6 (Apoio à Unidade de Coordenação do Programa) não seria possível e o R\$ 1,5 mi seriam destinados para atividades finalísticas das UCS, visto que essa lacuna de apoio à UCP poderia ser coberta pelo FT.

Manoel Serrão espera que a análise técnica e jurídica da proposta aconteça ainda em 2018, mas o processo é moroso. O Funbio vem estabelecendo um diálogo mais frequente com o BNDES, apoiado pelo MMA que, devido ao seu envolvimento com o Banco por conta do Fundo Amazônia, tem se mostrado bastante solícito em otimizar essa comunicação na intenção de agregar maior celeridade ao processo.

Considerando a aprovação da nova proposta, os doadores questionaram se o BNDES faria parte do CFT como membro doador. Manoel Serrão informa que este recurso do BNDES será executado em uma conta a parte e, além disso, devido a sua política, o BNDES não participa dos

conselhos dos projetos que apoiam e, portanto, não faria parte do CFT. Os doadores se manifestaram de acordo com as condições apresentadas.

Deliberação: Os recursos aportados por meio do projeto submetido ao Fundo Amazônia/BNDES para o Programa ARPA, terão sua gestão financeira realizada de forma separada dos demais recursos do FT, contando com uma conta exclusiva, assim como relatorias específicas, necessárias ao cumprimento das condições deste contrato de doação.

12. DISCUSSÃO SOBRE NOVA RODADA DE CAPTAÇÕES PRIVADAS:

Apresentação de proposta de plano de ação para captação de recursos privados.

Tiago Alves (Anglo) apresentou uma proposta de redação de procedimentos para a entrada de novos doadores privados no Programa.

Ricardo Brochado sugeriu alteração do texto “metade mais um...” para “consenso entre os membros” no item IV do Artigo 1º da proposta: “A aprovação da proposta de captação de doadores corporativos será realizada mediante aprovação de, pelo menos, metade mais um dos membros do Comitê do Fundo de Transição, considerando-se todas as condições e salvaguardas que, porventura, venham a ser estabelecidas.”

Aldo de Souza sugere que o documento seja circulado pelos membros do CFT de modo a ser analisado por todos para que na próxima reunião seja apresentada uma 1ª versão do plano já definida.

Maurício Voivodic sugere que um grupo seja formado com a finalidade de definir qual tipo de material de divulgação será utilizado nessas reuniões com as corporações doadoras em potencial.

Luis de Souza chama atenção para as contrapartidas que as corporações desejam com essas doações e sugere que este desenho também seja detalhado.

Aldo de Souza diz que ao escutar os possíveis doadores seria possível mais argumentos de modo a trazer a visão externa de como os potenciais doadores veem a contrapartida para um programa como o ARPA.

Foi debatido também o perfil do Programa, que atualmente é *low profile* e se haveria interesse elevar esse perfil de visibilidade no âmbito nacional/internacional.

Encaminhamento: Realizar a revisão do texto e circular o arquivo entre os membros do CFT para análise e colaboração, via e-mail (poderá ser mediado pela Secretaria CFT). Além disso, a Anglo irá propor um desenho de contrapartidas associadas ao Programa para doadores privados a ser apresentado na próxima reunião do CFT.

13. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA ARPA:

1ª Reunião do GT realizada em 29/08/2018.

Maurício Voivodic inicia a fala comentando sobre a reunião realizada e sugeriu a inserção da GIZ como um membro. MMA, ICMBio e Funbio estão participando e detalha que a proposta é que não seja um grupo restrito aos membros do CFT.

Maurício Voivodic continua detalhando que a lógica da estratégia é uma campanha sobre áreas protegidas de modo geral, que teria ARPA como pilar central.

Felipe Avino lembra dos planos de comunicação já elaborados para o ARPA (versões de 2015 e 2016) que estão sendo revisitados e servindo como base também nessa estratégia.

Christian Lauerhass questiona sobre a presença da GIZ e se apresenta preocupado, pois deixa claro que tem conhecimento de experiências com estes parceiros onde não houve uma colaboração tão significativa dessa instituição e por fim, esta recebeu um grande destaque na divulgação.

Mariana Pereira detalha que a reunião teve um perfil de *brainstorming*, que foi possível estabelecer um documento com detalhamento de uma estratégia que está circulando entre os participantes para colaboração.

Tiago Alves ressalta sobre a importância de manter a marca do ARPA como foco. E pergunta sobre a regularidade de encontros. Mariana Pereira detalha que esse documento prévio está circulando para colaboração e após o prazo de 30 dias haverá um reencontro para seguimento da discussão.

Fábio Ribeiro apresenta a *newsletter* do ARPA – Samaúma – e os parceiros debateram se não poderia ser divulgado também para o público externo. Fábio Ribeiro detalha que essa estratégia de comunicação foi pensada apenas para os gestores e parceiros do Programa, de modo a comunicar aos parceiros as novidades e acontecimentos do Programa e nas UCs do ARPA, não foi um projeto para divulgação externa. Mas ela também está sendo considerada como documento norteador nesse GT de comunicação.

Julia Zapata pergunta sobre o COPAIBAS e Manoel Serrão atualiza que o ainda não houve retorno da NORAD. Acredita-se que nas próximas semanas tenha atualizações.

14. APRESENTAÇÃO DE PEDIDO DE APORTE DE DESEMBOLDO DO FUNDO DE TRANSIÇÃO PARA O BIÊNIO

Manoel Serrão apresenta pedido de autorização para dispor de desembolso de R\$ 18 mi a mais do que o previsto no último relatório L de modo a informar à Pragma que os recursos sejam dispostos numa maior liquidez e que possam ser utilizados até a finalização desse exercício. Esse valor será adicionado aos R\$ 40 mi totalizando os R\$ 58 mi para o biênio 18/19.

Deliberação: Aprovado o pedido de liberação de mais R\$ 18 mi que será adicionado aos R\$ 40 mi de desembolso aprovados para este exercício.

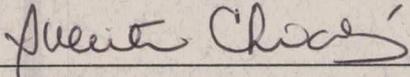
15. ENCERRAMENTO.

Quadro de Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
Deliberação: Aprovada inserção no MOP relativa ao apoio a novas UCs a partir de 2018. Módulo 1, item 6.2 – Consolidação das Unidades de Conservação, 2º parágrafo. Item 6.2.1: Atividades de Consolidação Grau. 1 Proposta de inserção	-
Deliberação: aprovada alteração de texto no MOP sobre “desempenho de consolidação”. Módulo 2, ANEXO 2.3 – Condições de Desembolso Nº10.	-
Deliberação: aprovada alteração no MOP para elegibilidade de UCs para obtenção de apoio do FT. Módulo 2, Item 2.6 - UCs elegíveis para apoio do FT	-
Deliberação: aprovada alteração no MOP de nova redação para a condição de desembolso Nº 9, com detalhamento a respeito de contrapartidas elegíveis. Módulo 2, Anexo 2.3 – Condição de Desembolso Nº 9.	-
Encaminhamento: será realizada uma reunião entre os doadores, onde será discutida uma nova representação destes no Comitê do Programa.	Doadores

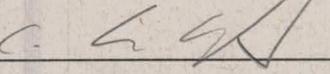
Quadro de Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
Encaminhamento: encaminhar carta aberta aos membros do CFT como forma de esclarecimento formal sobre intenções da Companhia sobre exploração mineral na Amazônia.	Anglo American
Deliberação: aprovada a estratégia para alcance das metas de consolidação por meio dos POs do ICMBio Sede.	
Deliberação: Os recursos aportados por meio do projeto submetido ao Fundo Amazônia/BNDES para o Programa ARPA, terão sua gestão financeira realizada de forma separada dos demais recursos do FT, contando com uma conta exclusiva, assim como relatorias específicas, necessárias ao cumprimento das condições deste contrato de doação.	
Encaminhamento: Revisar o texto da proposta de procedimentos para captação de doadores corporativos e circular o arquivo entre os membros do CFT para análise e colaboração, via e-mail (poderá ser mediado pela Secretaria CFT).	Anglo American/ Funbio/ Doadores
Encaminhamento: Propor um desenho de contrapartidas associadas ao Programa para doadores privados a ser apresentado na próxima reunião do CFT.	Anglo American
Deliberação: Aprovado o pedido de aporte de desembolso no valor de R\$ 18 mi além do R\$ 40 mi de desembolso aprovados para este exercício.	

Rio de Janeiro, 05 de Setembro de 2018.

MEMBROS CFT INSTITUCIONAIS:

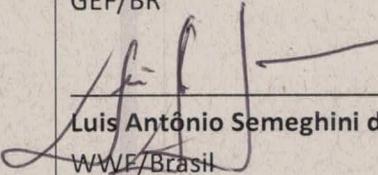


Avecita Chicchon
Gordon and Betty Moore Foundation

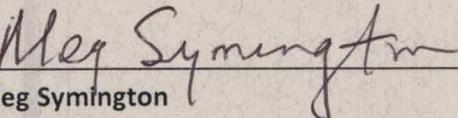


Christian Lauerhass
KfW

Gustavo Fonseca
GEF/BR

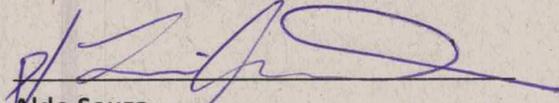


Luis Antonio Semeghini de Souza
WWF/Brasil



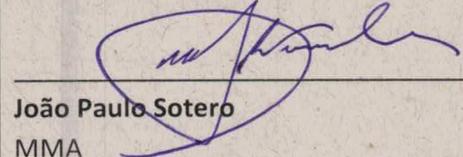
Meg Symington
WWF/US

MEMBRO CFT CORPORATIVO



Aldo Souza
Anglo American

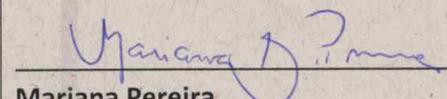
MEMBRO CFT GOVERNO



João Paulo Sotero
MMA

Marcelo de Paula
MPOG

EQUIPE TÉCNICA GOVERNO:



Mariana Pereira
MMA

Renata Carolina Gatti

Renata Gatti
MMA

CONSULTOR INTRÍSECO:

Paulo Carneiro

Paulo Carneiro
Presidente ICMBio

SECRETARIA EXECUTIVA CFT:

Rosanaire Lemos de Sá

Rosa Lemos
Secretária Geral/Funbio

Manoel Serrão

Manoel Serrão
Superintendente de Programas/Funbio

Fábio Ribeiro Silva

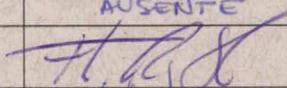
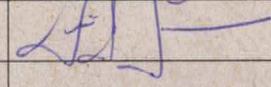
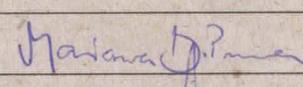
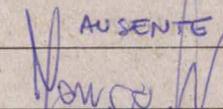
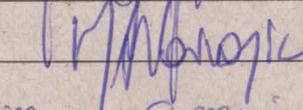
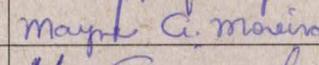
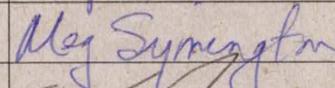
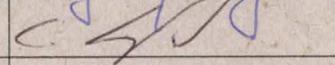
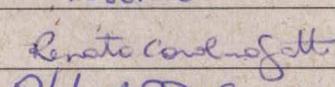
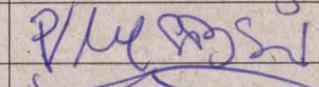
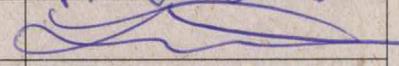
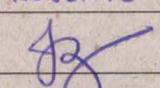
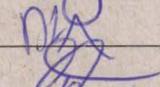
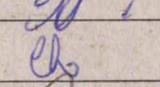
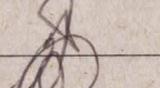
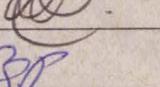
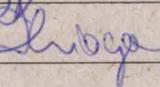
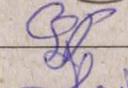
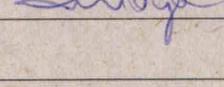
Fábio Ribeiro Silva
Gerente do Programa Arpa/Funbio

Mayne Assunção Moreira

Mayne Assunção Moreira
Assistente do Programa Arpa/Funbio

14º Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição – 05/09/2018
Brasília-DF

LISTA DE PRESENÇA – 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO

Nº	Nome	Instituição	Contato	Assinatura
1	Adriana Moreira	Banco Mundial	amoreira@worldbank.org	
2	Avecita Chicchón	Gordon and Betty Moore	Avecita.Chicchon@moore.org	AUSENTE
3	Fábio Ribeiro	Gerência ARPA/Funbio	fabio.ribeiro@funbio.org.br	
4	Luis de Souza	WWF	luis.souza@souzamello.com.br	
5	Manoel Serrão	Funbio	manoel.serrao@funbio.org.br	
6	Mariana Pereira	UCP/MMA	mariana.pereira@mma.gov.br	
7	Marcelo de Paula	SEAIN/MPDG	marcelo.paula@planejamento.gov.br	AUSENTE
8	Marco Lentini	WWF	marcolentini@wwf.org.br	
9	Maurício Voivodic	WWF	mauricio@wwf.org.br	
10	Mayne Moreira	Assistente Gerência ARPA/Funbio	mayne.moreira@funbio.org.br	
11	Meg Symington	WWF-US	meg.symington@wwfus.org	
12	Christian Lauerhass	KfW	christian.lauerhass@kfw.de	
13	Paulo Carneiro	ICMBio	paulo.carneiro@icmbio.gov.br	AUSENTE
14	Renata Gatti	UCP/MMA	renata.gatti@mma.gov.br	
15	Rosa Lemos de Sá	Secretária-Geral/Funbio	rosa.lemos@funbio.org.br	
16	Tiago Alves	Anglo American	tiago.alves@angloamerican.com	
17	Welles Matias	DRE/MMA	welles.abreu@mma.gov.br	AUSENTE
18	Julia Zapata	ICMBio / Diman	julia.zapata@icmbio.gov.br	
19	Ricardo Borchert	ICMBio / Diman	RICARDO.BORCHERT@ICMBIO.GOV.BR	
20	Felipe Spina Avino	WWF - BRASIL	FELIPEAVINO@WWF.ORG.BR	
21	Camila Loba	DPES / ICMBio	camila.loba@icmbio.gov.br	
22	Albo Sousa	Anglo American	ALBO.SOUSA@ANGLOAMERICAN.COM	
23	MARINAT CAMPOL	FUND. MOORE	marina.campol@moore.org	
24	Camila Praxedes	DRE/SECEX/MMA	camila.praxedes@mma.gov.br	
25	THIAGO DE BARRO	SECEX/MMA	thiago.barros@mma.gov.br	
26				

